

Cartografia da Memória do Ceará

Fatos Históricos e Lugares de Memória
do Ceará (Século XVI - 1978)



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

© 2025 SEDIH - Secretaria dos Direitos Humanos
Todos os direitos reservados.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a prévia autorização por escrito do editor, exceto em casos de breves citações incorporadas em resenhas críticas e certos outros usos não comerciais permitidos pela lei de direitos autorais.

Sede da Secretaria dos Direitos Humanos
Rua da Assunção, 1100 - José Bonifácio
Fortaleza, CE.
CEP: 60050-011.

www.direitoshumanos.ce.gov.br

Cartografia da Memória

Memória e Verdade em Prol da Democracia

Por Socorro França

Memória e verdade são conceitos distintos, porém profundamente complementares.

A memória guarda ideias, experiências e vivências; a verdade, por sua vez, refere-se ao que está em consonância com os fatos e com a realidade.

Quando unidas, memória e verdade tornam-se ferramentas fundamentais para preservar a história e impedir que os erros do passado se repitam.

É com esse propósito que apresentamos a Cartografia da Memória, uma iniciativa que reúne, em linha do tempo, marcos significativos da trajetória do Ceará: dos campos de concentração das secas à ditadura militar.

O projeto teve início ainda na Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e foi concluído na Secretaria dos Direitos Humanos do Ceará (Sedih), consolidando-se como uma entrega do Governo do Estado à população.

Mais do que uma publicação, a Cartografia da Memória é um instrumento de educação e conscientização coletiva, voltado ao fortalecimento da democracia.

Falar sobre os períodos de hostilidade da nossa história recente é reconhecer sua existência, refletir sobre suas consequências e reafirmar o compromisso de não repeti-los.

Ao priorizar a memória e a verdade como políticas públicas, reafirmamos a importância de narrar esses acontecimentos às novas gerações, garantindo que não se percam no esquecimento e que contribuam para formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o futuro do Brasil.

EXPEDIENTE

Elmano de Freitas da Costa
Governador do Estado

Jade Afonso Romero
Vice-governadora

Maria do Perpétuo Socorro França pinto
Secretária dos Direitos Humanos

Raquel Andrade dos Santos
Secretaria Executiva dos Direitos Humanos da SEDIH

Ana Lúcia Aragão Alves
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna da SEDIH

Fernanda Maria de Abreu Cunha
Coordenadora de Políticas Públicas de Direitos Humanos da SEDIH

Lúcia Rodrigues Alencar Lima
Orientadora da Célula de Relações Institucionais e Articulação Regional dos Direitos Humanos da SEDIH

EQUIPE TÉCNICA:

Organização e coordenação:
Lúcia Rodrigues Alencar Lima

Apoio de pesquisa:
Edmilson Alves Maia Júnior

Revisão de edição:
Yanakeiv de Lima Farias

Capa e diagramação:
Christiano de Oliveira Bezerra - COMART DIGITAL

Execução:
Movimento de Valorização da Mulher - MOVAMUS

Cartografia

A Cartografia do Ceará nasce com o propósito de reunir episódios que marcaram a nossa história e que não devem ser esquecidos. Além de um registro histórico, é um instrumento de conscientização e um convite à reflexão sobre práticas de violência, exclusão e desigualdades que, infelizmente, ainda ecoam em nossa sociedade.

A memória coletiva é um patrimônio que precisamos preservar. Precisamos dessa memória para compreender o nosso presente e construir um futuro mais justo. Isso é uma lembrança viva de que os direitos humanos são conquistas que vieram de grandes lutas coletivas.

A Cartografia do Ceará percorre momentos marcantes da nossa história, entre eles, a Marcha do Pirambu, quando moradores de uma comunidade periférica se uniram em busca de dignidade e melhores condições de vida. Traz, também, a repressão da ditadura civil-militar no Ceará; A recordação dos campos de concentração dos retirantes, que expõe na seca de 1932; Além da trajetória dos negros e negras, marcada por resistência contra a escravidão e o racismo, e o extermínio dos povos indígenas, vítimas da violência colonial no século XVII.

Este material foi elaborado não apenas como fonte de pesquisa, mas como um convite à reflexão e ao despertar da consciência coletiva. Que cada pessoa, ao mergulhar nestas páginas, sinta-se instigada a reconhecer a importância da dignidade humana e do respeito à diversidade.

Que a Cartografia do Ceará inspire a preservação da nossa memória e alimente a esperança em um futuro pautado pela solidariedade, pela igualdade e pelo respeito aos direitos humanos. Quem não conhece sua história tende a repetir os erros do passado.

Deputada Estadual Lia Gomes
Secretária das Mulheres do Estado do Ceará

CAPÍTULO 1

EXTERMÍNIO DOS POVOS INDÍGENAS E IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA COLONIAL: SÉCULO XVII

A história da violação dos direitos humanos contra os povos indígenas, no Estado do Ceará, começou com a implantação do projeto colonial das potências mercantilistas europeias, nos séculos XVI ao XIX.

As 75 etnias indígenas que habitavam no estado, sofreram as consequências da estruturação progressiva do sistema colonizador, processo marcado por momentos de embates e rupturas. Por meio de ações de retomadas, as nações indígenas buscaram sua sobrevivência física e cultural.

No início do século XVII, o sistema colonial ocorreu em diversas etapas e ciclos, a partir das atividades econômicas e da acumulação de posses.

O primeiro genocídio indígena aconteceu em decorrência da chegada dos estrangeiros em busca de riquezas, poder e expansão da fé cristã. A criação do Forte São Sebastião, em 1612, construído onde, atualmente, é o bairro Barra do Ceará, representou o símbolo dessa empreitada.

Outra medida de implantação do sistema colonial, foi a construção de um novo Forte, chamado Schoonenborch, por ocasião da chegada dos holandeses, erguido em 1649, e, posteriormente, após a expulsão dos invasores holandeses pelos colonizadores portugueses, transformado no Forte de Nossa Senhora da Assunção, onde funciona, atualmente, a 10a Região Militar do Exército Brasileiro. Uma fortaleza reconstruída pela coroa portuguesa, que na época colonial apontou os canhões contra os povos originários, perseguidos pelas diferentes perspectivas na conquista pelas terras e bens.

Por consequência da chegada dos europeus, as etnias indígenas sofreram com as epidemias de doenças como, sarampo, varíola, gripe, em razão da falta de conhecimento e imunidade dos povos originários contra tais enfermidades, situação agravada pela instalação da pecuária a partir da segunda metade do século XVII e por todo o século XVIII.

O massacre contínuo contra os indígenas durante a expansão, nomeada pelos colonizadores como a “Guerra dos Bárbaros” ou Confederação dos Cariris, foi a luta dos povos originários em várias regiões do Nordeste, nos meados do século XVII até as primeiras duas décadas do século XVIII. Lutaram contra os colonos que invadiram e os expulsaram das suas terras.

No Ceará, o algodão ganhou destaque a partir de 1800, como principal motivo para expropriar o máximo de indígenas e criar mais mão de obra barata nas novas plantações. Os indígenas foram

desalojados das suas terras e transformados em camponeses pobres sem-terra, suscetíveis a exploração.

A promulgação da Lei de Terras, em 1850, primeira legislação sobre a propriedade de terras no país, estabelecendo a compra como única forma de adquirir terras, dificultando para os indígenas acesso aos terrenos.

A historiografia tradicional do final do século XIX endossou a sentença da eliminação dos povos originários, uma vez que estes representavam “sintomas do atraso” para o “tempo do progresso”.

A Federação dos Povos Indígenas do Ceará - FEPOINCE, formada por uma população com cerca de 36 (trinta e seis) mil pessoas é composta por comunidades: Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Karão, Kariri, Pitaguary,

,Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia e Tupinambá

O mapa, abaixo, mostra a localidade das comunidades onde os povos indígenas residem no Estado do Ceará:



<https://cartografia.comartdigital.com/localidades>

Os povos originários com as suas dinâmicas identitárias de luta e sobrevivência, reforçam as políticas de memória buscando conhecimento sobre as etnias presentes no estado e o significado das suas práticas culturais.

Os lugares de memória das comunidades indígenas do Ceará, evidenciam a importância da interação com outro modo de vida e outras identidades narrativas. Compreender essas culturas é reconhecer seu protagonismo, seu universo cultural, entendendo como defenderam seus territórios bem como quais estratégias utilizaram para a sua sobrevivência física e simbólica.

A política de memória reforça a importância dos povos indígenas com seus cultos ancestrais, as dinâmicas de vivências com simbolismos e cosmogonias no embate dos valores externos aos seus mundos.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Seara Indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2002.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. *Política, mediação e conflitos: a construção social de lideranças indígenas Pitaguary (CE)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NASCIMENTO, José Benício Silva Nascimento. *Grafismo indígena: pinturas corporais como prática no ensino de geografia na Escola Indígena Itá-Ara, Pacatuba-CE*. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

PINHEIRO, Joceny de Deus. *Arte de contar, exercício de lembrar: história, memória e narrativa dos índios pitaguary*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2002.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. 2003. Tese - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e